



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

**LINHAS DE MACAPÁ
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**
CNPJ nº 10.234.027/0001-00

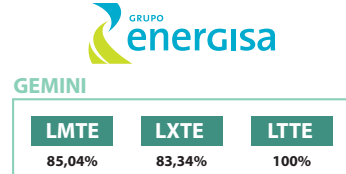
RESULTADOS 2025

Cataguases, 12 de março de 2026 – A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Linhas de Macapá", "LMTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detém 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	171,7 ^(a)	24,7	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/COFINS e consideram as receitas adicionais de R\$ 2,4 milhões com base na REA nº 11.996/22 e R\$ 7,7 milhões com base na REA nº 13.314/23, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecida como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecida uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, referendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	9,3	23,4	-60,3	50,3	39,7	+26,6
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	(0,9)	(2,2)	-59,9	(4,7)	(3,7)	+24,8
Receita das margens da obrigação de performance da construção	(5,2)	0,3	-	7,5	0,8	+887,4
Receita de operação e manutenção	3,6	3,3	+10,6	13,7	12,8	+7,4
Receita de remuneração do ativo de contrato	15,1	62,1	-75,6	134,0	175,6	-23,7
Outras receitas operacionais	5,4	5,0	+8,7	19,7	20,8	-5,0
Total da receita bruta	27,4	92,1	-70,3	220,6	246,0	-10,3
Deduções da receita	(4,5)	(10,4)	-56,8	(28,4)	(30,0)	-5,3
Receita operacional líquida	22,9	81,7	-72,0	192,2	216,0	-11,0
PMSO	(3,4)	(23,8)	-85,9	(27,2)	(78,8)	-65,5
Demais despesas operacionais ⁽ⁱ⁾	2,6	(0,4)	-	3,0	1,5	+103,3
Custo de construção	(3,2)	(21,3)	-85,1	(40,4)	(36,0)	+12,1
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,9)	-90,5	(0,5)	(1,1)	-54,7
Resultado financeiro	(12,2)	(10,6)	+15,2	(46,6)	(42,5)	+9,7
Contribuição social e imposto de renda	(0,0)	(8,4)	-99,4	(20,9)	(20,1)	+3,9
Lucro líquido	6,6	16,2	-59,2	59,6	38,9	+53,1
EBITDA	18,9	36,1	-47,5	127,6	102,6	+24,3
Margem EBITDA (%)	82,8	44,2	+38,6 p.p.	66,4	47,5	+18,9 p.p.

(i) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, civis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 22,9 milhões no 4T25, uma redução de R\$ 58,8 milhões em comparação ao 4T24 em função dos seguintes eventos:

(i) Redução da remuneração do ativo de contrato ocasionada pela variação do IPCA e menores amortizações ocorridas no 4T25;

(ii) Redução da receita de construção ocasionada pela entrada em operação do Reforço de Oriximimã.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 3,4 milhões no 4T25 redução de R\$ 20,5 milhões em comparação com o 4T24 devido:

(i) Redução de gastos em melhorias de pequeno porte e menores aquisições de materiais sobressalentes e ferramental (-R\$ 4,5 milhões) no 4T25, em comparação com 4T24;

(ii) Redução de gastos ocasionados pela internalização das atividades de O&M (-R\$ 14,3 milhões).

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve uma redução na despesa em R\$ 3,0 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pelos seguintes eventos:

(i) Aumento das reversões de contingências ocorridas no 4T25 (-R\$ 1,7 milhão);

(ii) Redução da PECLD constituída entre os períodos comparados (-R\$ 1,3 milhões).

Custo de construção: a linha de custo de construção reduziu R\$ 18,1 milhões no 4T25 em comparação com o 4T24 devido a entrada em operação do Reforço de Oriximimã.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 18,9 milhões no 4T25, redução de R\$ 17,2 milhões do registrado no 4T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 12,2 milhões no 4T25, ocasionando um aumento de R\$ 1,6 milhão na comparação com 4T24, devido ao aumento dos encargos de dívida, ocasionado pelo aumento da dívida após captação de empréstimo 4131 e pelo efeito líquido das amortizações e oscilações da TJLP.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 6,6 milhões no 4T25, redução de R\$ 9,6 milhões na comparação 4T24, em função dos eventos descritos acima.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são baseados no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Total da receita bruta	53,1	49,2	+ 8,0	205,0	193,1	+ 6,2
Deduções da receita	(6,9)	(6,5)	+ 6,7	(27,0)	(25,1)	+ 7,2
Receita operacional líquida	46,3	42,8	+ 8,2	178,0	168,0	+ 6,0
PMSO	(2,6)	(15,3)	- 83,3	(26,6)	(55,9)	- 52,4
Demais despesas operacionais ⁽ⁱ⁾	2,6	(0,4)	-	3,0	1,5	+ 103,3
Amortização / Depreciação	(11,6)	(11,6)	+ 0,0	(46,3)	(46,3)	+ 0,0
Resultado financeiro	(12,2)	(10,6)	+ 15,2	(46,6)	(42,5)	+ 9,7
Contribuição social e imposto de renda	(5,4)	(1,7)	+ 222,4	(14,4)	(8,4)	+ 70,8
Lucro líquido	17,1	3,1	+ 446,1	47,0	16,3	+ 188,7
EBITDA Regulatório	46,3	27,0	+ 71,5	154,4	113,5	+ 36,0
Margem EBITDA (%)	100,2	63,2	+ 37,0 p.p.	86,7	67,6	+ 19,1 p.p.

(i) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, civis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Receita operacional líquida regulatória: No 4T25, a LMTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 46,3 milhões, R\$ 3,5 milhões maior do que o registrado no 4T24 devido aos seguintes eventos:

(i) Reajuste tarifário para o ciclo 2025 – 2026 conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;

(ii) Entrada em operação do Reforço REA 14.314 de 2023 (+R\$ 1,1 milhão);

(iii) Menor volume de descontos relacionados a Parcela de ajuste (PA) NO 4T25, (+R\$ 0,1 milhão).

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 2,6 milhões, uma redução de R\$ 12,7 milhões no 4T25 em comparação com o 4T24 em consequência da internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal, em (-R\$ 11,0 milhões).

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve uma redução na despesa em R\$ 3,1 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pelos seguintes eventos:

(i) Aumento das reversões de contingências ocorridas no 4T25 (-R\$ 1,7 milhões);

(ii) Redução da PECLD constituída entre os períodos comparados (-R\$ 1,3 milhão).

Amortização e Depreciação: No 4T25, as despesas de amortização e depreciação alcançou R\$ 11,6 milhões, em linha com o 4T24.

EBITDA: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 46,3 milhões no 4T25, aumento de R\$ 19,3 milhões acima do registrado no 4T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 12,2 milhões no 4T25, ocasionando um aumento de R\$ 1,6 milhão na comparação com 4T24, devido ao aumento dos encargos de dívida, ocasionado pelo aumento da dívida após captação de empréstimo 4131 e pelo efeito líquido das amortizações e oscilações da TJLP.

Lucro líquido: No 4T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 17,1 milhões, R\$ 14,0 milhões maior do que o lucro apresentado no 4T24.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 107,3 milhões em dezembro de 2025, frente aos R\$ 132,6 milhões registrados em setembro de 2025.

Em dezembro de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 490,0 milhões, contra R\$ 499,5 milhões em setembro de 2025.

A seguir, apresentamos as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025
	Circulante	101,4	99,7
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	79,2	78,6	75,8
Encargos de dívidas	0,8	0,8	0,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	6,4	5,3	-
Não Circulante	495,9	532,3	447,4
Empréstimos e financiamentos	191,2	192,0	109,8
Debêntures	313,7	345,3	337,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(9,0)	(5,0)	-
Total das dívidas	597,3	632,0	538,8
(-) Disponibilidades financeiras	107,3	132,6	71,5
Total das dívidas líquidas	490,0	499,5	467,4

4. ASPECTO SOCIOAMBIENTAL

4.1 Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores:

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Liderança	-	7,0	7,0	0,00%	-	6,0	6,0	0,00%
Não Liderança	6,0	31,0	37,0	16,22%	6,0	31,0	37,0	16,22%
Total	6,0	38,0	+44,0	13,64%	6,0	37,0	+43,0	13,95%

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

Nº membros	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	-	4,0	4,0	-	-	4,0	4,0	-
Conselho de Administração	1,0	5,0	6,0	16,67%	1,0	5,0	6,0	16,67%
Total	1,0	9,0	10,0	10,00%	1,0	9,0	10,0	10,00%

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Remuneração Anual (Média R\$)¹	2024		2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Liderança	-	355.441,7	-	420.287,4
Não Liderança	77.948,2	79.223,9	85.000,6	88.193,3

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

5.1 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 26,0 milhões, equivalentes a R\$ 0,039028345 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

(Em milhares de reais)

1 - Base de cálculo	2025			2024		
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Receita líquida (RL)	192.164			215.987		
Resultado operacional (RO)	127.081			101.481		
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.435			5.075		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	608	6,44%	0,32%	288	5,67%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	1.373	14,55%	0,71%	666	13,12%	0,31%
Previdência privada	241	2,55%	0,13%	126	2,48%	0,06%
Saúde	52	0,55%	0,03%	15	0,30%	0,01%
Segurança e saúde no trabalho	601	6,37%	0,31%	558	11,00%	0,26%
Educação	-	0,00%	0,00%	9	0,18%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%			



LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.234.027/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Circulante (Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, etc.) and Não circulante (Imobilizado, Intangível).

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Passivo Circulante (Fornecedores, Encargos de dívidas, etc.) and Não circulante (Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2023, Reversão para Reserva especial, Programa de remuneração variável-ILP, etc.

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Reserva de lucros, Reserva de lucros - orçamento de capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.2.2. Reajuste Tarifário Anual: A Resolução Homologatória ("RH") nº 3.481, de 15 de julho de 2025, alterou as condições de concessão e revisão da tarifa de transmissão de energia elétrica. A RH altera o modelo de concessão de transmissão de energia elétrica para o ciclo de 12 meses, com duração de período de 1 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRCISAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1 Práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa - são os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Receita de remuneração do ativo de contrato, Receita de infraestrutura, operação e manutenção, Custo operacional líquido, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Lucro líquido do exercício, Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado, Outros resultados abrangentes, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Recaudas, Remuneração do ativo de contrato de concessão, Outras receitas, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Atividades operacionais (Lucro líquido do exercício, Imposto de renda, etc.), Atividades de investimento (Aplicações financeiras, etc.), Atividades de financiamento (Novos empréstimos, etc.).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos firmes e onter o risco de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro der origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de custos no reconhecimento inicial. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). Passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Em 2025, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar. Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuídos à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Esses ativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de custos no reconhecimento inicial. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). Passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Em 2025, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar. Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuídos à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.



LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 CNPJ nº 10.234.027/0001-00

a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento**: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **I. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com a resolução CVM 199/2024 e CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras. **3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OPC 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBI0)	A orientação técnica direciona a tratamento contábil de créditos de carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBI0) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos nas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos as mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros períodos contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Refereciando a Eleticidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Refereciando a Eleticidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA, EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	7.858	8.671
Operações compromissadas	3.001	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	10.859	8.671

5.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	71.156	46.813
Fundos de investimentos exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	16	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	13	-
Compromissadas	1.901	-
Fundo Multimercado	2.797	-
Fundo de Renda Fixa	13.393	-
Letra Financeira (LFT) Letra F	3.101	-
Letra Financeira (LF)	2.968	-
Nota de Crédito	36	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	479	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	570	-
Recursos Vinculados	-	16.819
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (i)	96.430	63.632
Circulante	25.274	-
Não Circulante	71.156	63.632

(i) Inclui R\$71.156 (R\$63.632 em 2024) referente a garantia de debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 98,4% (96,4% em 2024) do CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2025	2024
Concessionárias e Permissórias	27.570	26.350
Concessionárias e Permissórias - partes relacionadas	-	159
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD (i)	(4.789)	(3.055)
Total - circulante	22.781	23.454

(i) Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ANEEL em favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperação é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas. Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	16.996	16.115
Vencidos até 90 dias	2.669	1.362
Vencidos até 180 dias	1.175	1.065
Vencidos até 360 dias	971	1.618
Há mais de 360 dias	5.759	6.349
Total - circulante	27.570	26.509

7. TRIBUTOS À RECUPERAR

	2025	2024
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	7.316	7.032
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.425	2.275
Contribuições ao PIS e a COFINS	311	289
Outros	311	415
Total	9.367	10.011
Circulante	5.627	6.886
Não circulante	3.740	1.325

8. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pelo Grupo Energisa, com o detém 85,04% do capital total. As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento (despesas)	Receita com transmissão de energia (i)	Saldo a pagar (ii)	Saldo a receber (ii)	Recursos destinados para futuro aumento de capital (iii)
Energisa Soluções S/A (i)	(842)	-	(434)	-	-
Energisa S/A (ii)	(2.210)	(967)	(456)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	(19)	725	(2)	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	8	495	(1)	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(40)	1.855	(8)	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	(1)	421	(1)	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(124)	1.132	(14)	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(339)	802	(20)	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(153)	223	(14)	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	2	691	(1)	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	(3)	332	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(24)	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia S/A	-	1	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	1	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	1	-	-	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo - Es Gás	-	-	-	-	-
2025	(3.052)	(1.652)	6.676	(951)	-
2024	(21.026)	(1.767)	5.593	(522)	159

(i) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. (ii) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção. (iii) Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas nos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento, telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual. **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022. **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e ratio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas. **Em 2025, a Administração da companhia respaldada em sua análise de fluxo de caixa, optou em contratar empréstimo e, com isso, efetuou a restituição dos valores referentes ao AFAC ao acionista. Remuneração dos administradores:** Nos exercícios 2025 e 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, TRIBUTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2025	2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	28.318	30.282
Base negativa da contribuição social	10.195	10.911
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	4.635	5.360
Contribuição social	1.669	1.929
Total - ativo não circulante	44.817	48.482
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(254.238)	(242.824)
Contribuição social	(91.526)	(87.416)
Total - passivo não circulante	(345.764)	(330.240)
Total líquido - passivo não circulante	(300.947)	(281.758)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025	2024
Base de cálculo IRPJ + CSLL		
Ativo/Passivo		
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	113.274	121.155
Outros provisões	10.623	10.623
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	4.789	3.055
Provisões para contingências judiciais e administrativas regulatório	3.005	2.633
Outras diferenças temporárias	124	17
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.013.883)	(971.294)
Marcação a mercado - derivativos	(2.626)	-
Marcação a mercado - dívida	(445)	(151)
Total líquido - passivo não circulante	(885.139)	(828.700)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Exercícios		
2026	25.949	34.056
2027	4.065	5.697
2028	8.568	7.526
2029	9.144	9.144
2030	8.255	8.255
2031 a 2033	1.562	-
Após 2033	-	-
Total	44.817	44.817

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	80.462	58.999
Alíquota fiscal cobinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais nominais	(27.357)	(20.060)
Ajustes:		
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ e adicionais e Depósito para reinvestimento (SUDAM) (i)	4.548	-
Incentivo fiscal - Outros (ii)	207	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(21)	(5)
Outros ajustes	1.753	(22)
Imposto de renda e contribuição social	(20.870)	(20.087)
Alíquota efetiva	25,94%	34,05%

(i) A Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 através do laudo Constitutivo nº 0069/2018 - Reconhecido pelo ADE RFB 135/2019. (ii) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocinios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

10. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO DE CONTRATO)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da taxa de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47/IFRS 15. A Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

	2025	2024
Moeda Nacional		
Pré Fixado	133.056	-
Total moeda nacional	133.056	-
Moeda Estrangeira		
Dólar	-	86.000
Marcação a Mercado	-	-
Total em moeda estrangeira	-	86.000
Total	133.056	86.000
Circulante	15.718	14.013
Não circulante	117.338	71.987

11. FORNECEDORES

	2025	2024
Material	37	662
Serviços	13.388	27.792
Total (i)	13.425	28.454
Circulante	6.105	15.903
Não Circulante	7.320	12.551

(i) Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Mercado	Saldos em 2025
Moeda Nacional						
Pré Fixado	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	- 117.993
Total moeda nacional	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	- 117.993
Moeda Estrangeira						
Dólar	-	86.000	-	(1.183)	4.589	- 89.406
Marcação a Mercado	-	-	-	-	(445)	(445)
Total em moeda estrangeira	-	86.000	-	(1.183)	4.589	(445) 88.961
Total	133.056	86.000	(14.980)	(10.690)	14.013	(445) 206.954
Circulante	15.718	-	-	-	15.718	15.718
Não circulante	117.338	86.000	(14.980)	(10.690)	(29,7)	(29,7) 191.179

Moeda Nacional

	Saldos em 2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 2024
Pré Fixado	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Total moeda nacional	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Circulante	15.761	-	-	-	15.718
Não circulante	132.318	(14.980)	(10.830)	10.787	117.338

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total	Encargos Financeiros (%)	Encargos Swap Passiva (%)	Vencimento	Periodicidade	(Taxa efetiva de juros)	(Taxa efetiva de Swao)	Garranantias	Covenants
LMTE X BASA CCB 007	117.993	133.056	PRÉ +						



LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.234.027/0001-00

17. RECEITA OPERACIONAL

Descrição	2025	2024
Recita de construção da infraestrutura	50.306	39.672
Recita de remuneração do ativo de contrato	133.958	175.564
Margens da obrigação de performance de construção	7.455	811
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(4.653)	(3.670)
Recita de operação e manutenção	13.743	12.797
Outras receitas	19.746	20.847
Total de receita operacional bruta	220.555	246.021
Deduções da receita operacional		
PLS corrente	(3.382)	(3.181)
COFINS	(15.578)	(14.673)
COFINS corrente	(1.184)	(4.022)
COFINS diferido	(7.402)	(6.741)
Programa de Desenvolvimento Energético (PDE)	(588)	(566)
Taxa de fiscalização	(28.391)	(30.034)
Total de Deduções da receita	192.164	215.987
Recita operacional líquida		

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço		Despesas Operacionais		Total	
	Operação	Prestado a terceiros	Administrativas	Gerais e Operacionais	2025	2024
Pessoal e administradores	10.130	-	1.436	11.566	6.224	6.224
Entidade de previdência privada	206	-	35	241	126	126
Materiais	2.440	-	837	3.277	13.137	13.137
Serviço de terceiros	(10.054)	-	9.438	8.384	54.070	54.070
Amortização e depreciação	180	-	337	517	1.142	1.142
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	1.734	1.734	3.055	3.055
Provisões para riscos	-	-	(4.360)	(4.360)	(4.773)	(4.773)
Custo de construção	-	40.365	-	40.365	36.002	36.002
Outros	346	-	3.346	3.692	5.261	5.261
Total	12.248	40.365	12.803	65.416	114.244	114.244

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Recita de aplicações financeiras	8.140	5.305
Tributos sobre Receita Financeira	(434)	(299)
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.073	989
Outras receitas financeiras	113	145
Total receitas financeiras	8.892	6.140
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas – juros	(16.022)	(16.457)
Encargos de dívidas – variação monetária	(38.620)	(31.111)
Marcação a mercado de derivativos	(445)	-
Atualização de contingências	(789)	(909)
Outras despesas financeiras	(80)	(145)
Total despesas financeiras	(55.511)	(48.622)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(46.619)	(42.482)

20. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	59.592	38.912
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,09	0,06

(1) A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 13, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja vítima dos danos materiais ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Descrição	Data de vencimento	Importância Prêmio Anual Segurada	
		2025	2024
Auto Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	2
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	4
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	733
Riscos de Engenharia (RE)	01/03/2026	68.800	438
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	6.109	17
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	1
Transporte nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	2
			1.209
			2.797

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Política de valor justo: Os diferentes níveis são assim definidos: - Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativos	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	10.859	10.859	8.671	8.671
Concessionárias e permissórias	2	22.781	22.781	23.454	23.454
		33.640	33.640	32.125	32.125
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	96.430	96.430	63.632	63.632
Instrumentos financeiros derivativos	2	8.977	8.977	-	-
		105.407	105.407	63.632	63.632
				2025	2024
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	13.425	13.425	28.454	28.454
Emprestimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	510.935	510.935	566.010	566.010
		524.360	524.360	594.464	594.464
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	6.351	6.351	-	-
Emprestimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	88.961	88.961	-	-
		95.312	95.312	-	-

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado. Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa), **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passíveis de serem mensuradas ao valor justo, a tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remuneração reconhecidos no resultado da Companhia. Em 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$445 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Gerenciamento dos riscos: Administração financeira de riscos:** A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos identificados, para este fim, limites e mesmo checar a aderência. Assim, os aspectos de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orientatória e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de capital:** O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	599.896	566.010
Caixa equivalentes de caixa	(10.859)	(8.671)
Dívida líquida	589.037	557.339
Patrimônio líquido	1.100.380	1.100.835
Índice de endividamento – líquido	0,54	0,51

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

Risco de liquidez: A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir

o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média	de juros					Total
		efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 Mais de 5 anos	
Fornecedores		6.105	-	-	-	-	13.425
Fornecedores		6.105	-	-	-	-	13.425
Emprestimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,52%	59.659	64.703	359.870	402.983	31.484	918.699
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.418	2.933	(8.977)	-	-	(2.626)
Total		69.182	67.636	350.893	402.983	31.484	929.498

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de Transmissão – DIT e definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não terá impacto sobre a receita e respectivo recebimento. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Risco de crédito:** É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas. A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energia. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	10.859	8.671
Concessionárias e permissórias	6	22.781	23.454
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	96.430	63.632
Instrumentos financeiros derivativos		8.977	-

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional e mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações. O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação de R\$604.647, onde Juro 96,1% está representado em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº12 e 13. Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano de 31 de dezembro de 2025 era de 10,12% enquanto em 31 de dezembro de 2024 foi de 14,51%. O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2025	2024
Ativo não circulante	8.977	8.977
Total do ativo	8.977	8.977
Passivo Circulante	6.351	6.351
Total do passivo	6.351	6.351

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)		Custo financeiro (% a.a.)		
	Ponta ativa	Ponta passiva	Vencimento	Designação	
Resolução 4131 – Bocom BBM	16.223	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027 Fair Value Option	
de acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentamos-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como <i>Fair Value Option</i> , vigentes em 2025 e 2024:					
	Valor de referência		Valor justo		
Fair Value Option	2025	2024	Descrição	2025	2024
Dívida designada para <i>Fair Value Option</i>	86.000	-	Moeda Estrangeira	(88.976)	-
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	88.976	-
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)			Taxa de Juros CDI	(86.350)	-
			Posição Líquida Swap	2.626	-
	86.000	-	Posição Líquida Dívida + Swap	(83.724)	-

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, sendo esperados os efeitos financeiros representados como valor justo conforme abaixo demonstrado. A Marcação a Mercado (MM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor justo das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados para os cálculos foram obtidos de fontes de dados confiáveis, taxas de mercado, como a taxa PR e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swap). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida no site do banco central. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros derivativos estão expostos, conforme demonstrado. **Varição cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco (Provável) ⁽¹⁾	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)	
			2025	2024	2025	2024
Dívida Moeda Estrangeira	(86.000)	(25.393)	(94.385)	(114.577)	(114.577)	(114.577)
Varição Dívida Swap Cambial	10.607	(8.985)	(8.985)	(28.577)	(28.577)	(28.577)
Posição Ativa						
Instrumentos Financeiros		Alta do Câmbio				
Derivativos	88.976	78.369	97.961	117.553	117.553	117.553
Varição – USD e LIBOR	(10.607)	(10.607)	8.985	28.577	28.577	28.577
Posição Passiva						
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(86.350)	(86.350)	(86.350)	(86.350)	(86.350)	(86.350)
Varição – Taxa de Juros CDI	(86.350)	(86.350)	(86.350)	(86.350)	(86.350)	(86.350)
Subtotal	2.626	(7.981)	11.611	31.203	31.203	31.203
Total Líquido	(83.374)	(83.374)	(83.374)	(83.374)	(83.374)	(83.374)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último Bolefém divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e os demais indicadores são afetados. Isto é refletido na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de câmbio e dólar futuro seja sempre válido. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas. Nestes cenários, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerável), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% a 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$83.374. **Varição das taxas de juros:** Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores sejam os mesmos, os resultados são apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)	
			2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros ativos:						
Aplicações financeiras						
aberto e recursos vinculados	96.430	Alta CDI	11.813	14.766	17.720	17.720
Instrumentos financeiros passivos:						
Swap	(86.000)	Alta CDI	(10.533)	(13.169		